

Imigrantes no Cadastro Único: perfil dos cadastrados e dos beneficiários

Introdução

Este Informe Urbano (IU) pretende trazer dados que traçam um perfil dos imigrantes inscritos no Cadastro Único (conhecido também como CadÚnico) na cidade de São Paulo. Como se sabe, o CadÚnico é a porta de entrada para o recebimento de uma série de benefícios socioassistenciais, sejam eles municipais, estaduais e/ou federais.

A cidade de São Paulo é pioneira ao instituir, através da lei municipal nº 16.478/2016 e do decreto nº 57.533/2016, a “Política Municipal para a População Imigrante – PMPI”, a qual garante ao imigrante o pleno acesso a direitos sociais e serviços públicos “independentemente de sua situação migratória e documental”, não fazendo distinção entre brasileiros e imigrantes, **assim como prevê a promoção da transparência sobre os dados de atendimento à essa população**. Isso permite, por conseguinte, a sistematização e publicização dos dados de atendimento à população imigrante nos equipamentos públicos da cidade de São Paulo (PMSP, 2019), tornando possível a concretização deste estudo.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características do domicílio, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras [...].

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e em outras normas. (Ministério da Cidadania, 12/2020)

Num panorama histórico, o CadÚnico é uma base de dados instituída via Decreto Federal nº 3.871/2001, visando a integração com demais bases de dados de programas sociais, como do programa Bolsa Escola. Em 2003 foi criado o programa Bolsa Família, o principal usuário do cadastro. No ano de 2005 os Estados e municípios aderiram ao CadÚnico, formalizando assim, um grande processo de atualização e coordenação cadastral, o qual está vigente atualmente e que serve como subsídio a uma série de programas sociais.

No município paulistano, a gestão do Cadastro Único é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- SMADS, que garante o contínuo cadastro, a atualização e a consistência dos dados, servindo como insumo para as políticas públicas desenvolvidas. Para fins deste estudo, SMADS cedeu gentilmente a base na sua íntegra e datada de agosto de 2020¹ (para as estatísticas) e a base de setembro de 2020 (para a classificação de renda familiar *per capita* e para o georreferenciamento).

¹ A realização deste Informe Urbano não seria possível sem a pronta colaboração de Luiz Fernando Francisquini, Coordenador de Gestão de Benefícios e Weize Cássia Lopes Sales, Supervisora Técnica, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- SMADS e da Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial.

O interesse em estudar as populações imigrantes presentes no Cadastro Único foi motivado pela necessidade de refletir a vulnerabilidade social do imigrante na conjuntura excepcional do ano de 2020, envolto numa pandemia global, já largamente discutida. Pesquisas internacionais e brasileiras já dão conta das consequências sociais e econômicas advindas da pandemia do novo Coronavírus, marginalizando milhões de indivíduos em situações de forte vulnerabilidade social, tais como, desemprego, despejos, fome. Não é difícil imaginar que, nesse contexto, grupos já vulneráveis, como parte da população de imigrantes, ficaram ainda mais expostos.

Em segundo lugar, este Informe Urbano se insere na colaboração profícua e permanente entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC (através de sua Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente e outras coordenadorias) e a Secretaria Municipal de Licenciamento e Urbanismo (via Coordenadoria de Produção e Análise de Informação), da qual já renderam frutos como o IU nº 32 *“Violência contra a mulher na cidade de São Paulo”*, IU nº 37 *“Retrato da pessoa idosa na cidade de São Paulo”* e o IU nº 41 *“Imigrantes na cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI”*.

Isso posto, o presente Informe Urbano teve seu desenvolvimento metodológico norteado da seguinte maneira: foram processados dados e elaborados indicadores a partir da base do Cadastro Único de agosto de 2020, empreendendo dois recortes analíticos – indivíduo e família. O recorte dos núcleos familiares visou dar substrato para a análise dos programas assistenciais (Programa Bolsa Família, Auxílio Emergencial Federal, Renda Mínima Familiar Municipal e Benefício de Prestação Continuada). Para a classificação do nível de pobreza das famílias e sua posição territorial utilizou-se a base de setembro de 2020, mediante processo de junção com a base de agosto a partir de código que identifica cada família; em tal operação os níveis de discrepância foram mínimos e não comprometeram os objetivos do estudo.

Em resumo, são os objetivos deste Informe 1) caracterizar o imigrante presente no Cadastro Único, elencando as principais variáveis sociodemográficas e geográficas, em contraste aos não imigrantes; 2) analisar indicadores e a distribuição geográfica das famílias imigrantes e não imigrantes, com ênfase na pobreza; 3) discorrer, com indicadores e mapas, sobre a distribuição das famílias para cada programa assistencial mencionado anteriormente, com o mesmo contraponto (imigrantes *versus* não imigrantes). Ao fim, a análise empreendida permitirá um panorama da comunidade imigrante paulistana inserida e beneficiada pelo Cadastro Único.

Ano de 2020: avanço das vulnerabilidades sociais

Na capital paulista, o estado de emergência para enfrentamento à pandemia iniciou-se em 16 de março de 2020, com a instituição do Decreto Municipal nº 59.293. Para fazer frente a esse cenário, foram instituídas medidas necessárias de isolamento social para contenção da transmissão do vírus, bem como a suspensão do atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais de bens e serviços, um dos principais motores da economia paulistana.

Apesar das medidas adotadas, a pandemia se agravou e como efeito, em grande parte, acentuou a crise econômica e social que vinha se arrastando ao longo dos últimos anos, atingindo economicamente grande parte da população. Cargas horárias e salários foram reduzidos, o desemprego aumentou, e muitos se viram impossibilitados de procurar emprego devido à pandemia ou tiveram suas atividades autônomas completamente prejudicadas. Tal cenário foi captado em diversos estudos e pesquisas, com destaque para a PNAD-Contínua do IBGE. Por tal pesquisa, o Brasil possuía no 3º trimestre de 2019 uma taxa de desocupação de 11,8 e de subutilização da força de trabalho de 24%; já no 3º trimestre de 2020 as taxas alcançaram 14,6% e 30,3% respectivamente². Para a Região Metropolitana de São Paulo,

² Para mais indicadores e definição de conceitos, acessar <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>.

a Pesquisa de Trajetórias Ocupacionais, feita pela Fundação Seade apontou que 28% dos inseridos no mercado de trabalho (ou 3,88 milhões de pessoas) “tiveram sua forma de inserção no mercado de trabalho alterada no intervalo de apenas um ano.”(Seade, 2021).

Tais indicadores apontam para o acirramento das vulnerabilidades socioeconômicas, principalmente em populações com recortes sociais e geográficos específicos. Assim, é possível conjecturar que o imigrante que vive na cidade de São Paulo também se deparou com as consequências desse cenário, aumentando a potência de outras vulnerabilidades que se interseccionizam, dado seu trajeto migratório na sociedade de acolhida.

No contexto nacional, frente a dimensão da crise humanitária instalada, e após amplo processo de mobilização de diversos setores da sociedade civil, o Governo Federal e o Congresso Nacional estipularam uma política pública de repasse de recursos de maneira ampla, sem descontinuação de outros benefícios já existentes: o Auxílio Financeiro Emergencial, criado em abril de 2020. De acordo com o Ministério da Economia, até dezembro de 2020, foram revertidos R\$ 321,8 bilhões em forma desse Auxílio, o qual foi distribuído priorizando primeiramente os beneficiários do Bolsa Família, seguidos dos inscritos no CadÚnico até março de 2020 e, posteriormente, dos trabalhadores informais, MEIs e contribuintes individuais.

O Imigrante no Cadastro Único

Em relação ao total de cadastrados na base do CadÚnico, nota-se um pequeno número de imigrantes, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.

Tabela 1.
Cadastrados: Número absoluto e participação no total,
segundo condição migratória
Município de São Paulo - agosto de 2020

Condição	N. abs.	%
Imigrante	42.212	1,3
Não imigrante	3.303.255	98,7
Total	3.345.467	100,00

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Embora seja um percentual diminuto dos cadastrados, o número absoluto é relevante. Ainda mais quando se conclui que esse percentual de imigrantes inscritos no CadÚnico representa, aproximadamente, 12% do total da população imigrante residente na cidade de São Paulo³. É fundamental, portanto, entender as características sociodemográficas e construir hipóteses sobre os processos de vulnerabilidade social aos quais podem estar sujeitos, como veremos nos indicadores a seguir.

³ Considerando o total de 367.043 imigrantes com registro ativo na Polícia Federal, conforme a base “Imigrantes internacionais registrados (Registro Nacional de Estrangeiro- RNE/ Registro Nacional Migratório- RNM)” do Observatório das Migrações em São Paulo, disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>.

A análise geográfica, a partir dos dados do CadÚnico, foi possível devido ao georreferenciamento do endereço das famílias imigrantes e não imigrantes. Para maior riqueza analítica, os mapas trazem também os pontos de favelas e cortiços, organizados e atualizados sistematicamente pela Secretaria Municipal de Habitação, através do sistema Habisp, camada presente no mapa digital da cidade (GeoSampa). O objetivo, em relação aos imigrantes, é mapear, ainda que de modo generalista, a qualidade de habitação.

Como podemos observar no Mapa 1 (pág. 5), as famílias imigrantes inscritas no CadÚnico estão presentes na quase totalidade do território do município. Importante notar também uma alta correlação das manchas de concentração com a presença de cortiços⁴ e favelas, conforme levantamento de Sehab e disponibilizado no site HabitaSampa e no mapa digital da cidade (GeoSampa).

A área central aparece como a maior detentora de concentrações familiares; seguida da zona leste (com concentrações esparsas em seu grande território), seguida da zona norte e zona sul; a zona oeste possui pouca distribuição. Refinando o olhar geográfico, têm-se destaque para a alta concentração de famílias imigrantes cadastradas, residentes nos distritos centrais do Bom Retiro, Pari, Belém, Brás, Santa Cecília, República, Sé, Liberdade e parte do Cambuci. A zona norte possui concentração no distrito de Perus, na divisão Brasilândia e Cachoeirinha, na divisa do Limão com a Casa Verde, divisa Santana com Pari, na Vila Medeiros (próximo da divisa com Guarulhos) e Vila Maria (quase na divisa com a Vila Guilherme).

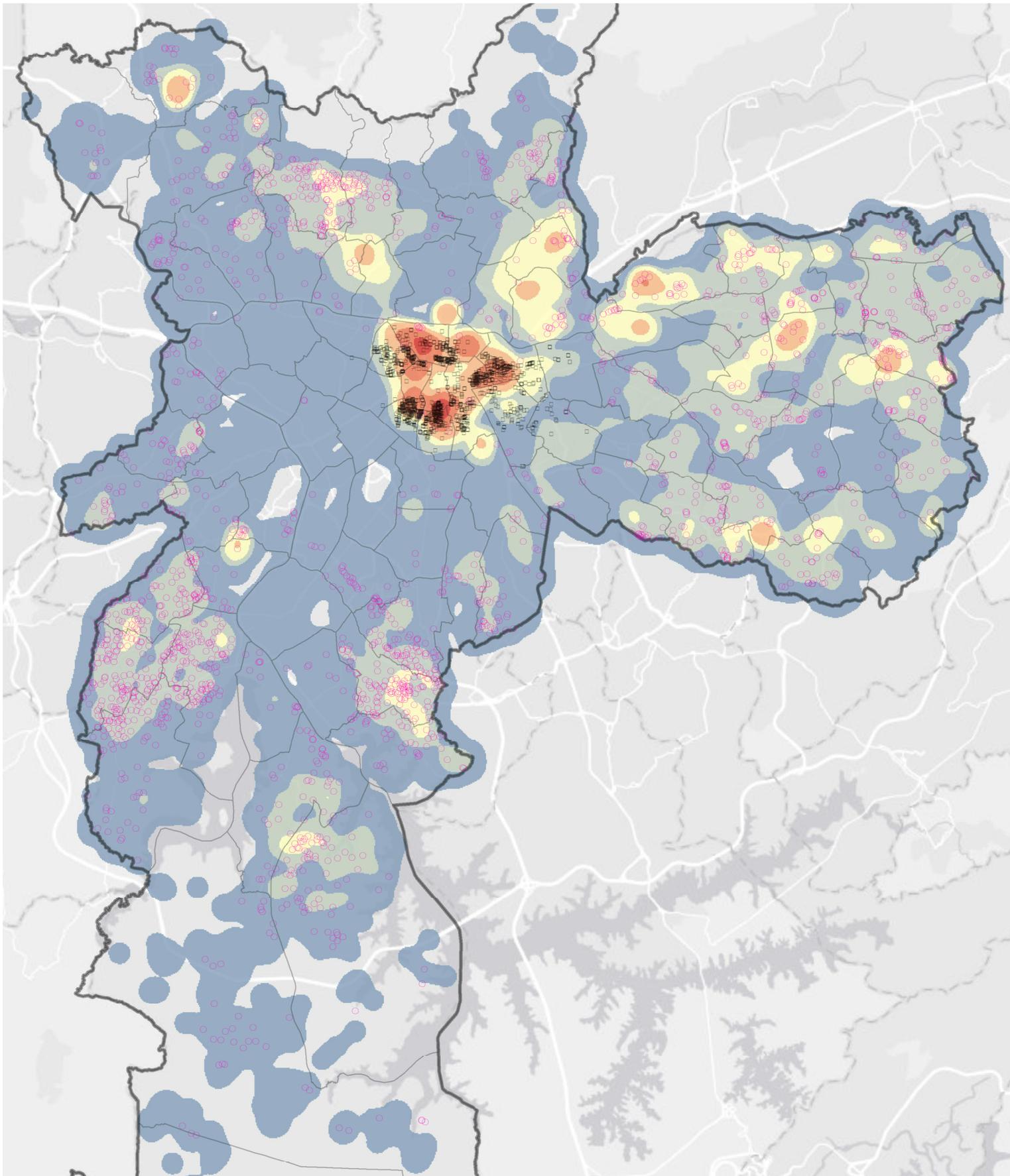
A zona leste, por sua vez, possui concentrações mais espaçadas no seu território, como já dito. Com exceção de Itaquera, a tendência das concentrações de famílias imigrantes no CadÚnico é estarem na franja da região leste, onde se destacam os distritos de Penha e Cangaíba, uma concentração em menor intensidade em Ermelino Matarazzo, Lajeado (já quase na divisa com o distrito de Guaianases e José Bonifácio) e São Mateus (entremeio Sapopemba e São Rafael)

Na zona sul, concentrações de famílias imigrantes cadastradas focalizam-se no distrito de Cidade Ademar e início do território de Pedreira e na porção de divisa Grajaú e Cidade Dutra; Marsilac, por suas características físicas e demográficas não possui ocorrência de famílias imigrantes. Jardim São Luís e a divisa Campo Limpo/ Capão Redondo apresenta concentração de média intensidade; o mesmo se verifica no distrito de Vila Andrade, divisando com Morumbi e Vila Sônia, muito provavelmente se tratando da favela de Paraisópolis.

A zona oeste, como já dito anteriormente, é a região com menor presença de famílias imigrantes cadastradas. Apresentam leve concentração os distritos de Vila Sônia, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Jaguaré, Butantã, Pinheiros, Perdizes, Lapa e Barra Funda.

Por fim, no contraponto entre os mapas de famílias imigrantes contra o de famílias não imigrantes, o último podendo ser visualizado no Mapa 2 (pág. 6), nota-se cabal diferença, embora ainda tenham relevante concentração em pontos da região central, essas últimas se fazem mais presentes em sua distribuição nas regiões mais extremas da cidade: norte, leste e sul, ao passo que as famílias imigrantes, como visto, se concentram em primazia no centro da capital.

⁴ O levantamento de Cortiços tem como data de referência o ano de 2006 e foi realizado por Sehab em parceria com as Subprefeituras da Sé e da Mooca. Já o levantamento de Favelas possui como data de referência o ano de 2016, segundo os metadados e é atualizado diariamente por Sehab.

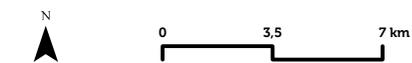


INFORMES urbanos

maio/2021

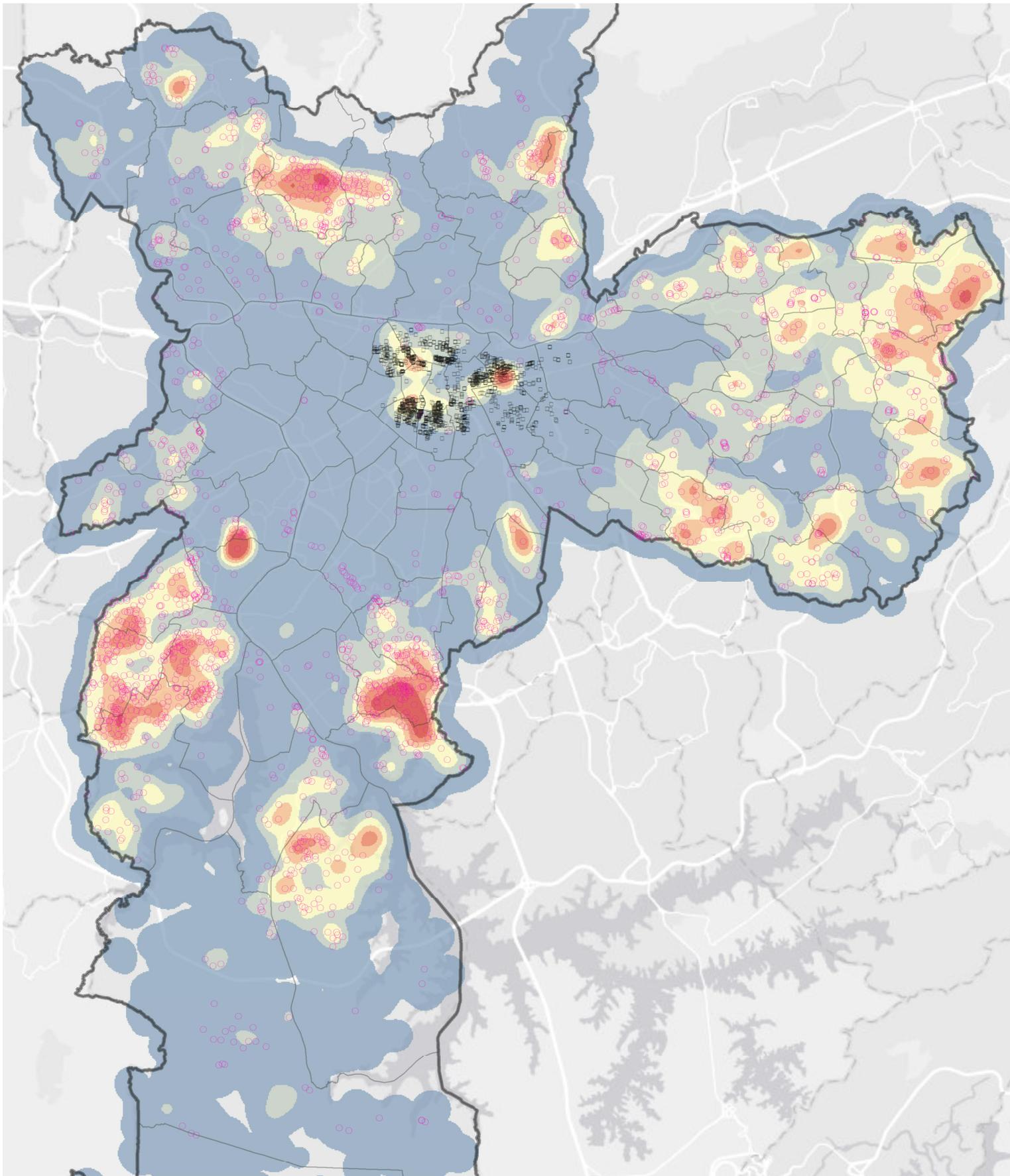
Mapa 1. Famílias imigrantes inscritas no Cadastro Único
Município de São Paulo

Fontes: CadÚnico/SMADS; Habisp/Geosampa
Mapa base: Esri, HERE, Garmin
Elaboração: SMUL/Geoinfo



Concentração de famílias (N. Abs.)





INFORMES urbanos

maio/2021

Mapa 2. Famílias não imigrantes inscritas no Cadastro Único Município de São Paulo

Fontes: CadÚnico/SMADS; Habisp/Geosampa
Mapa base: Esri, HERE, Garmin
Elaboração: SMUL/Geoinfo



Concentração de famílias (N. Abs.)

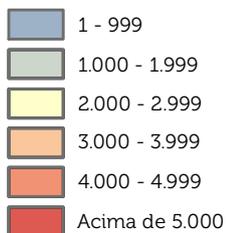
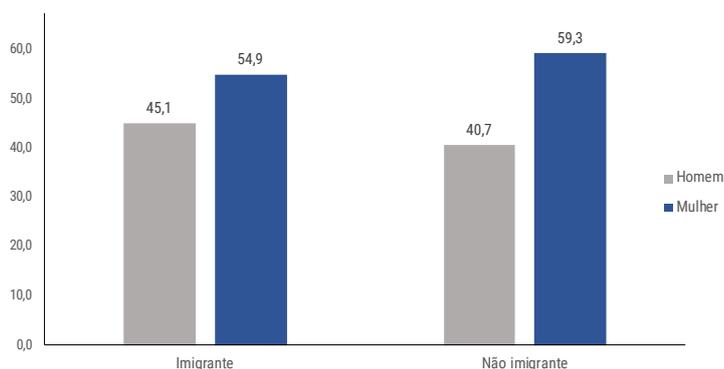


Gráfico 1.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo sexo

Município de São Paulo - agosto de 2020



Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Embora as mulheres sejam maioria nos dois grupos (imigrantes x não imigrantes), nota-se que a proporção de homens no grupo dos imigrantes é maior (45,1%), do que aquela dos não imigrantes (40,7%). De fato, a literatura especializada mostra que o fenômeno migratório internacional tem um componente de gênero significativo, onde há predominância do gênero masculino, fenômeno este possivelmente ligado a questões de divisão de gênero do trabalho.

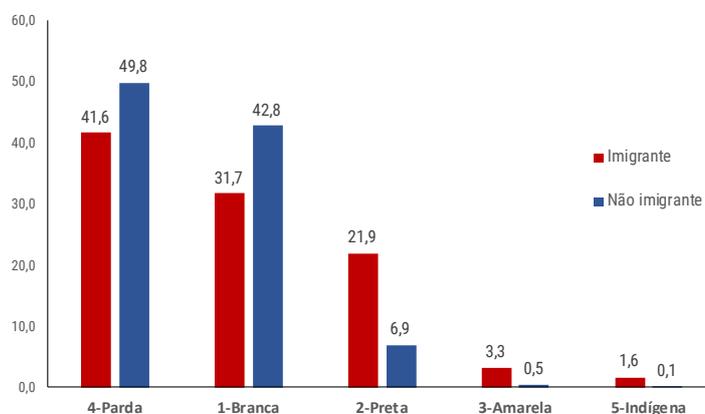
Diferentemente dos dados discriminados por gênero no IU nº 41 “Imigrantes na cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI”, no qual indicou-se uma predominância do gênero masculino nos atendimentos realizados pelo CRAI, as informações coletadas neste informe apontam para uma tendência diferente. Tal fato pode ser explicado pela promoção do empoderamento e autonomia da mulher em vulnerabilidade social, através da mecânica do Programa Bolsa Família, em especial, que coloca a mulher como a administradora do benefício (Moreira et al, 2012), ainda que pese outros indicadores de desigualdade de gênero.

No que se refere à raça/cor, 63,5% dos imigrantes se declaram como pretos e pardos, enquanto no grupo dos não imigrantes chega-se a 56,7%.

Gráfico 2.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo raça/ cor

Município de São Paulo - agosto de 2020

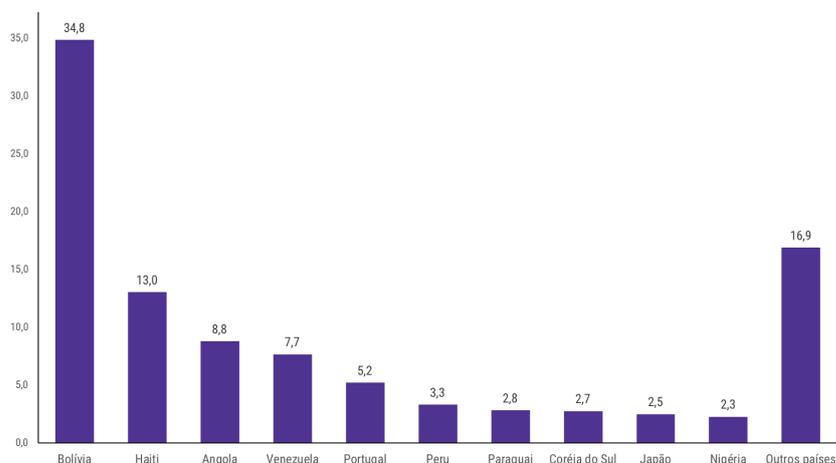


Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Gráfico 3.

Cadastrados: Percentual por país de origem

Município de São Paulo - agosto de 2020



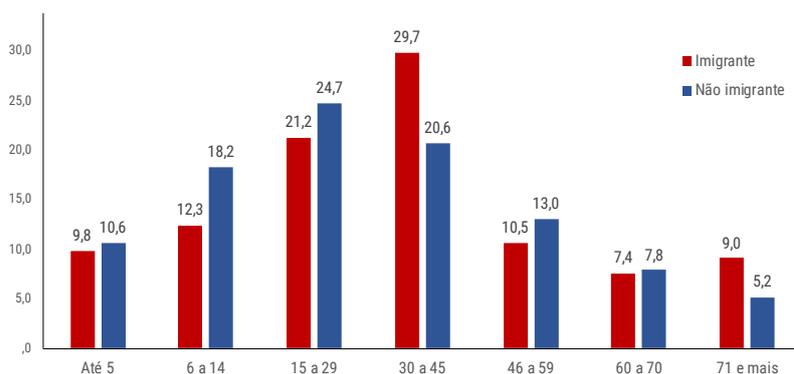
Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

O gráfico 3 demonstra os principais países de origem dos imigrantes inscritos no Cadastro Único, na figura dos 10 primeiros países no *ranking*, os quais somam 83,1% dos inscritos no CadÚnico. Nota-se a predominância da Bolívia, com 34,8% dos inscritos, seguido de Haiti (13,0%), Angola (8,8%) e Venezuela (7,7%). Chama a atenção também a presença de imigrantes portugueses (5,2%), coreanos do sul (2,7%) e japoneses (2,5%). Ao efetuar-se a soma dos percentuais de acordo com os continentes desses 10 países, têm-se os seguintes resultados: América Latina com 61,6%, África com 11,1% e Europa e Ásia com 5,2 pontos percentuais cada uma. Nota-se o destaque das migrações da América do Sul e Central nestes números, fluxos migratórios que têm bastante importância no cenário nacional desde a primeira década do ano 2000, dentre outras influências. Destaca-se também o papel político econômico e cultural do Brasil ante os países emergentes/subdesenvolvidos e o enrijecimento das políticas migratórias dos países desenvolvidos.

Gráfico 4.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo faixa etária

Município de São Paulo - agosto de 2020



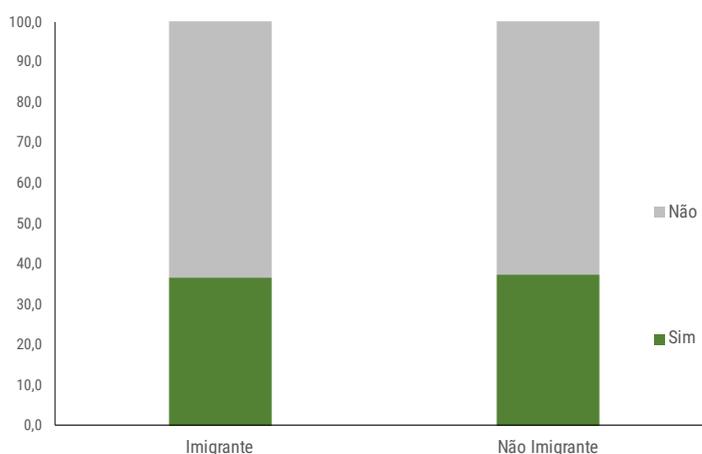
Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Pensando em termos de faixa etária, a maior parte dos imigrantes concentram-se nas faixas de idade com potencial para o mercado de trabalho (dos 15 aos 59 anos): somadas, chegam a 61,4% da população imigrante que faz parte do CadÚnico. Por outro lado, os não imigrantes nestas faixas agregam valor semelhante (58,3%). Importante ressaltar que quase 1/3 dos imigrantes cadastrados possuíam de 30 a 45 anos, enquanto esse índice nos não imigrantes chegava a pouco mais de 20%. Esse indicador corrobora análises anteriores, incluindo o IU nº 41, de que a migração se concentra nas faixas etárias de jovens e adultos.

Gráfico 5.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo exercício de trabalho na semana anterior à data do cadastro (idade maior ou igual a 14 anos)

Município de São Paulo - agosto de 2020



Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

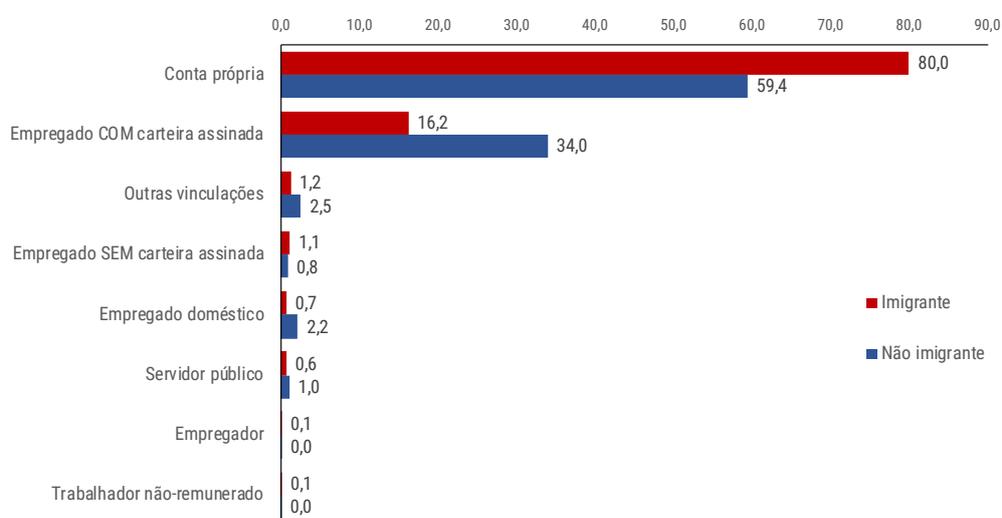
Logo que os indicadores de faixa etária mostraram o predomínio nos imigrantes das faixas com potencial de inserção no mundo do trabalho, o gráfico 5 mostra, no entanto, uma situação de fragilidade de tal inserção. Assim, enquanto os não imigrantes declararam estar sem emprego em 59,4% das vezes, os imigrantes declararam em 61,3%. Apesar da pouca diferença em termos de pontos percentuais (1,9), é de se supor que o desemprego seja experimentado de maneira completamente diferente entre imigrantes e não imigrantes, dado as barreiras de acesso ao mercado de trabalho que a população imigrante enfrenta ao longo de sua trajetória, dentre as quais a diferença linguística, regularização migratória, revalidação de diplomas, xenofobia, dentre outras.

Ainda assim, se por um lado é lamentável a porcentagem de não empregados nos imigrantes (e não imigrantes), por outro, a presença de ambos os grupos no cadastro permite que o Estado os possa oferecer suporte via políticas públicas específicas de geração de emprego e renda.

Gráfico 6.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo tipo de vínculo ao trabalho

Município de São Paulo - agosto de 2020



Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Dos que trabalham (um pouco mais de 35% para ambos os grupos), constata-se que para os imigrantes o vínculo preponderante com o trabalho se dava pela categoria “por conta própria”, somando 80% dos casos, enquanto nos não imigrantes tal percentual chegava a 59,4%. Em segundo lugar, a partir do grupo dos imigrantes, a vinculação laboral “emprego com carteira assinada” chegava a 16,2% (em contraposição aos não imigrantes que marcavam 34,0% nessa categoria).

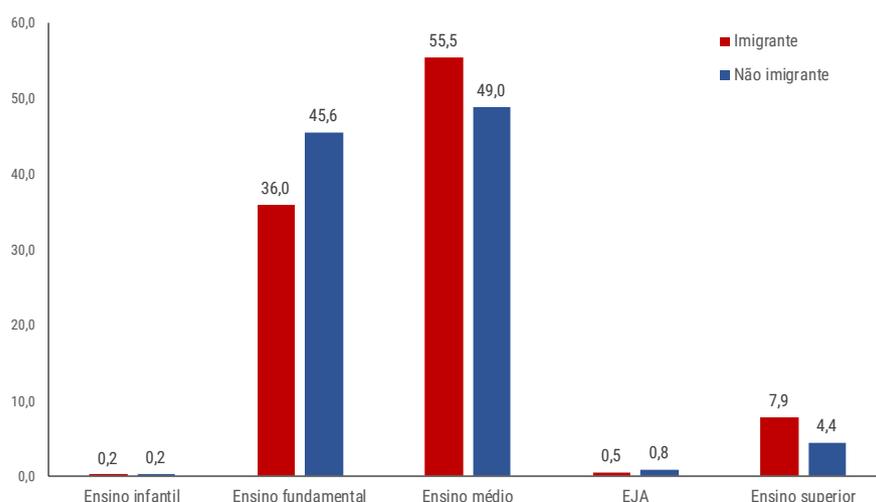
Em resumo, as duas categorias juntas – “por conta própria” e “emprego com carteira assinada” explica 96,2% dos casos dos imigrantes, em suas relações de trabalho na cidade de São Paulo. Tais indicadores mostram que as populações imigrantes têm maior dificuldade em inclusão no mercado formal trabalho.

Vale mencionar também que no caso dos imigrantes que possuem carteira assinada e que permanecem no Cadastro Único (16,2%), e em consonância com estudos de migração e trabalho no Brasil⁵, tais postos de emprego concentram-se em ocupações que habitualmente possuem remunerações baixas, não sendo despropositado imaginar, para o contexto local, que permaneça a vulnerabilidade dessas pessoas.

Em resumo, os dados nos ajudam a visualizar uma inserção precária no mundo do trabalho por parte da população imigrante na cidade, mesmo que tal grupo populacional apresente níveis educacionais superiores aos da população local, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 7.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo escolaridade Município de São Paulo - agosto de 2020



Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Os imigrantes apresentavam em relação aos não imigrantes um melhor grau de escolaridade. Assim, enquanto 49% dos não imigrantes possuíam ensino médio, esse percentual alcançava nos imigrantes 55,5% dos migrantes. A mesma tendência com o ensino superior, onde os imigrantes somavam quase 8%, enquanto os não imigrantes 4,4%.

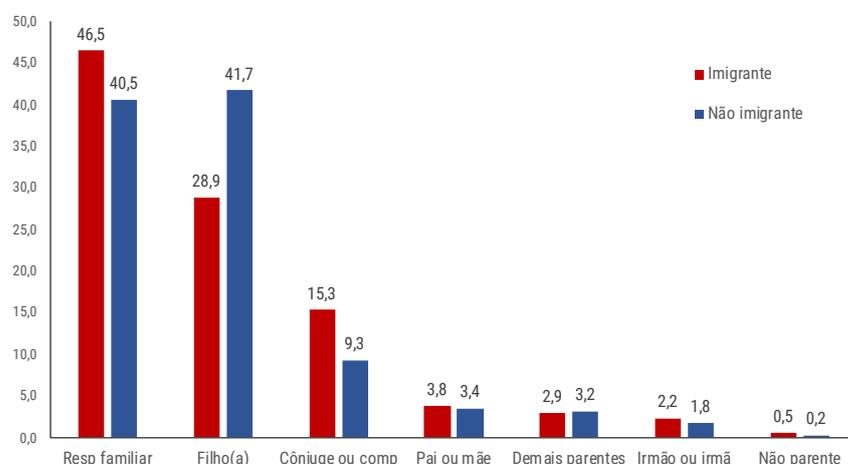
Como apontado anteriormente, a maior escolaridade não se reflete numa melhor inserção laboral para os imigrantes. Provavelmente fatores como dificuldades linguísticas, ou no caso daqueles com superior completo, dificuldades impostas pela burocracia na revalidação dos diplomas de seus países de origem, afetem sobremaneira as trajetórias ocupacionais.

⁵ Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Macedo, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018. Disponível em: https://www.laemiceppac.files.wordpress.com/2019/04/relatorio_anual_2018-1.pdf.

Gráfico 8.

Cadastrados: Percentual por condição imigratória, segundo posição familiar em relação ao Responsável Familiar

Município de São Paulo - agosto de 2020



Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Do ponto de vista da posição dentro da família, a maior parte dos imigrantes cadastrados se declarava como os responsáveis (46,5%), enquanto essa mesma categoria dos não imigrantes somava 40,5%. Esse indicador está de acordo com indicadores já mencionados, como perfil etário em especial, aqueles relacionados ao mercado de trabalho e de gênero.

A Família Imigrante

Uma vez consideradas as variáveis sociodemográficas que envolvem os imigrantes e não imigrantes presentes no Cadastro Único, esta segunda parte do Informe envereda, conforme já mencionado na introdução, para a análise dos beneficiários. Nesta seção optou-se por mudança de recorte do objeto estudado: se antes o foco eram os indivíduos cadastrados, agora o foco recai sobre as famílias. A motivação dessa mudança de método tem a ver com o desenho das políticas públicas que serão mencionadas, a maioria com ênfase no núcleo familiar. Foram consideradas famílias imigrantes aquelas que possuísem pelo menos um membro com declaração de nascimento em outro país. Tal recorte parte do pressuposto de que o fenômeno da imigração, como objeto sociológico e antropológico, transcende o indivíduo e abarca, por conseguinte, o grupo ao qual aquele faz parte e, nesse caso, em especial, o núcleo familiar.

Isso posto, esta seção se divide em duas: a primeira tratará do indicador de pobreza da família imigrante, com ênfase na distribuição territorial, sempre em contraponto com as famílias não imigrantes. A segunda parte se ocupará dos programas de assistência social em si, quais sejam: os programas Bolsa Família, Auxílio Emergencial Federal, Programa Renda Familiar Mínima Municipal e o Benefício de Prestação Continuada⁶, também trazendo informações territorializadas via mapas e fazendo comparação com as famílias não imigrantes.

⁶ Embora a dinâmica do BPC – Benefício de Prestação Continuada funcione em torno dos indivíduos, foram feitos processamentos para encontrar as famílias dos recebedores, deixando-o assim comparável com os demais programas.

A Família Imigrante e a pobreza

A partir da coleta de informações financeiras das famílias, por parte dos agentes especializados da Secretaria Municipal da Assistência Social (SMADS), o Cadastro Único permite a classificação em quatro faixas de renda familiar per capita, iniciando na extrema pobreza e terminando nas famílias cuja renda per capita atingia mais de ½ salário-mínimo⁷. A tabela 2 permite verificar que as famílias imigrantes apresentavam maior vulnerabilidade econômica: 40,8% das famílias cadastradas se enquadram na faixa de extrema pobreza, ao passo que nas famílias não imigrantes dessa mesma categoria somava quase seis pontos percentuais a menos, ou 35,3%. Assim, por se tratar de indicador percentual, a faixa com “maior empoderamento” financeiro (acima de ½ salário-mínimo) apresentava para o total das famílias imigrantes 23,8%, enquanto para as famílias não imigrantes 29,1%.

Tabela 2.

Cadastrados: Famílias cadastradas por condição de imigração, segundo classe de renda familiar per capita (1)

Classe de renda familiar per capita	Famílias cadastradas					
	Imigrante		Não imigrante		Total	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
Extrema pobreza (de R\$ 0,00 a R\$ 89,00)	11.591	40,8	472.832	35,3	484.423	35,4
Pobreza (de R\$ 89,01 a R\$ 178,00)	3.130	11,0	144.803	10,8	147.933	10,8
Baixa renda (de R\$ 178,01 a R\$ 522,50)	6.922	24,4	330.738	24,7	337.660	24,7
Acima de ½ salário mínimo (R\$ 522,51)	6.777	23,8	389.905	29,1	396.682	29,0
Total	28.420	100,0	1.338.278	100,0	1.366.698	100,0

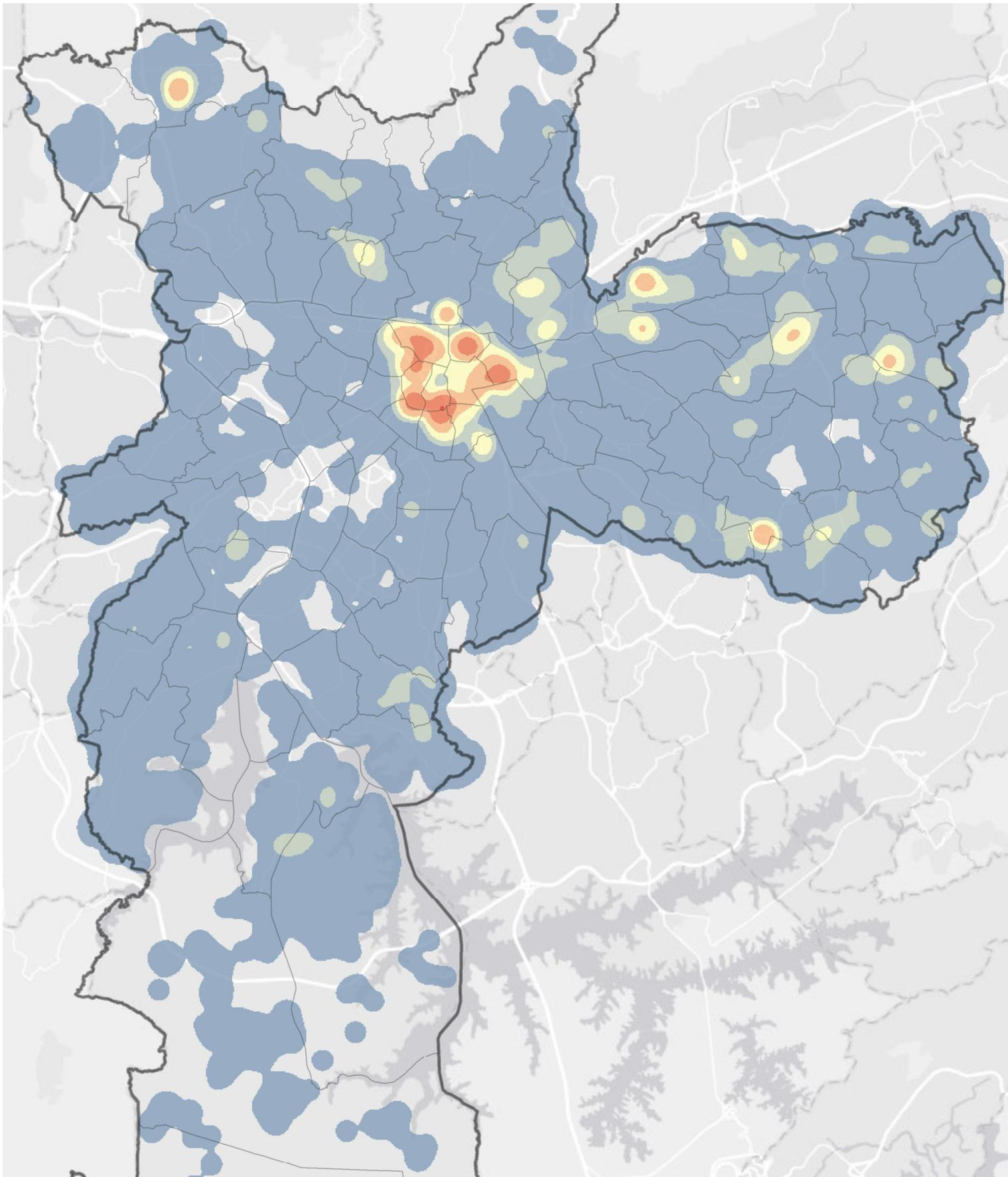
Notas: (1) Esta tabela, em relação às demais do estudo, apresenta pequena diferença nos números absolutos totais. Isso se deve pelo fato de que só foi possível juntar aos dados de agosto de 2020 a classificação de renda de setembro de 2020, não englobando assim as entradas e saídas das famílias do CadÚnico. Para as famílias imigrantes a diferença é de 461 em número absoluto, representando sobre o total de agosto de 2020 1,6%. Já para as famílias não imigrantes, a diferença em número absoluto é de 7.433, ou 0,6% do total de agosto de 2020. Tais percentuais foram considerados desprezíveis no esforço de junção das bases e não comprometem as hipóteses e conclusões deste Informe Urbano.

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

A análise territorial possibilitada pelo mapa 3 (concentração de famílias imigrantes em situação de pobreza e extrema pobreza) repete o padrão do mapa de indivíduos, embora com certa nuance. Assim, têm-se forte concentração no centro da capital paulista, especificamente nos distritos de Bom Retiro, Pari, Belém, a parte de junção entre os distritos da Sé, Liberdade e Cambuci (região popularmente conhecida como Baixada do Glicério) e a parte sul do distrito da República, já na vizinhança com o distrito da Bela Vista. Muitos desses pontos são historicamente territórios de presença imigrante, onde se encontra uma forte rede socioeconômica e cultural envolta à essas populações, mas também a presença de Organizações da Sociedade Civil e do Poder Público que oferecem serviços aos imigrantes.

Há no município outros pontos de concentração de tais famílias: um ponto no extremo norte do município, no distrito de Perus; um ponto de concentração no distrito de Cangaíba, região nordeste da capital; um na parte norte do distrito de Itaquera; concentração também na divisa entre os distritos de Lajeado e Guaianases e por fim uma concentração em São Mateus, entremeio Sapopemba e São Rafael.

⁷ Em agosto de 2020, o salário mínimo vigente era de R\$ 1045,00.



INFORMES urbanos

maio/2021

Mapa 3. Famílias imigrantes inscritas no CadÚnico em situação de pobreza e extrema pobreza
Município de São Paulo

Fonte: CadÚnico/SMADS
Mapa base: Esri, HERE, Garmin
Elaboração: SMUL/Geoinfo



Concentração de famílias (N. Abs.)



 Município de São Paulo
 Distritos



A Família Imigrante e os benefícios assistenciais

Segundo os sites da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a da Caixa Econômica Federal⁸ os programas elencados anteriormente possuem a seguinte definição e funcionamento:

Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Federal que transfere renda diretamente às famílias mais pobres. São beneficiadas famílias em situação de pobreza extrema (com renda entre R\$0,00 e R\$85,00 por pessoa) e de pobreza (com renda entre R\$85,01 e R\$170,00 por pessoa).^æ

O objetivo do programa é garantir a sobrevivência de famílias em situação de alta vulnerabilidade social e econômica e promover o acesso à rede de serviços públicos e direitos sociais básicos nas áreas de saúde, de educação e de assistência social. O benefício tem condicionalidades, isto é, as famílias beneficiárias do PBF assumem compromissos, tanto na área da saúde, quanto na área da educação. Para ter acesso ao programa é necessário estar com o cadastro atualizado no CadÚnico. O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda.

CONDICIONALIDADES

Na área da saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de vacinar e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos. Gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da saúde do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculadas e com frequência escolar mensal mínima de 85%. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Auxílio Emergencial Federal (AE)

O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus- COVID 19. A CAIXA atua como agente operador desse benefício e a origem dos recursos para pagamento é do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cidadania.

Pode solicitar o benefício o cidadão maior de 18 anos, ou mãe com menos de 18, que atenda a todos os seguintes requisitos:

Esteja desempregado ou exerça atividade na condição de:

- Microempreendedores individuais (MEI);
- Contribuinte individual da Previdência Social;
- Trabalhador Informal.

Pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00).

⁸ Ver https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/, seção "Transferência de Renda" e <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>. Acesso em 05/03/2021.

Programa Renda Mínima Familiar Municipal (RM)

O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, mais conhecido como Programa Renda Mínima, é um programa de transferência de renda que assegura a melhoria das condições de vida do grupo familiar por meio da concessão de benefício financeiro.

Tem como objetivo promover o acesso do grupo familiar à rede socioassistencial do Município, estimular a frequência escolar e fortalecer os vínculos familiares e a convivência comunitária. A família, para ser inserida nesse programa, deve ter renda de até R\$175,00 por pessoa, ter filhos ou dependentes em idade escolar (6 a 15 anos) matriculados na escola e comprovar residência, no mínimo há dois anos, no município de São Paulo.

O atendimento para de cadastramento de famílias é realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e Centros POP. Confira aqui os telefones e endereços. Para orientações e esclarecimentos sobre o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, o munícipe pode entrar em contato com o Portal de Atendimento SP 156, a ligação é gratuita e atende 24 horas todos os dias.

CONDICIONALIDADES

Para a permanência da família no programa é necessário manter a matrícula e frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e 15 anos; e manter atualizada a carteira de vacinação das crianças menores de sete anos de idade. O benefício é concedido às famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social cadastradas no Banco de Dados do Cidadão (BDC). Este benefício constitui um apoio financeiro temporário e será concedido pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis mediante cadastro atualizado e a família estar no perfil do programa.

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício individual, não vitalício e intransferível. Instituído pela Constituição Federal de 1988, ele garante a transferência de um salário mínimo à pessoa idosa, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Para ter direito ao benefício, o solicitante precisa comprovar que a renda mensal familiar per capita é inferior a um quarto do salário mínimo. As pessoas com deficiência também precisam passar por avaliação médica e social realizadas por profissionais do INSS.

O requerente poderá obter orientações no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da sua região. A concessão é realizada pelo INSS. É necessário agendamento para entrega da documentação, através do telefone 135.

O valor oferecido é de um salário mínimo vigente, pago em conta bancária e resgatado por cartão magnético. Tem direito ao BPC:

Idosos:

- Ter 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade;
- Não receber nenhum benefício previdenciário;
- Renda familiar inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo por pessoa.

Pessoas com deficiência:

- Renda familiar inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo por pessoa;
- Não receber nenhum benefício previdenciário;
- Comprovar a deficiência e o nível de incapacidade para o trabalho e vida independente por meio de avaliação de perícia médica e social do INSS.

Na cidade de São Paulo, os quatro programas citados têm como ponto de partida a inscrição no Cadastro Único. A partir dele e dos serviços dos agentes especializados de SMADS – no caso do PBF, RM e BPC, são feitos os trâmites para liberação dos benefícios, bem como a aplicação de sistemáticas de acompanhamento. O Auxílio Emergencial não está condicionado à inscrição no CadÚnico, sendo gerido integralmente pela Caixa Econômica Federal, o que não impede, no entanto, os inscritos no CadÚnico de acessá-lo.

Para este Informe Urbano, e especificamente nesta segunda seção que tratará dos benefícios recebidos pelas Famílias Imigrantes e Não Imigrantes, é importante iniciar o percurso analítico tendo a visão do todo, conforme a tabela 3 a seguir.

Tabela 3.
Famílias cadastradas por condição de imigração, segundo recebimento de benefícios assistenciais

Recebe algum tipo de benefício assistencial?	Famílias cadastradas					
	1-Imigrante		2-Não imigrante		Total CadÚnico	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
Sim	12.901	44,7	642.216	47,7	655.117	47,7
Não	15.980	55,3	703.495	52,3	719.475	52,3
Total	28.881	100,0	1.345.711	100,0	1.374.592	100,0

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Em agosto de 2020, o CadÚnico paulistano possuía quase 1,4 milhão de famílias, das quais aproximadamente 30 mil eram imigrantes, ou 2,1%. Desse total de famílias imigrantes, 44,7% recebiam pelo menos um dos quatro benefícios assistenciais mencionados, percentual um pouco inferior àquele das famílias não imigrantes, 47,7%. Embora a proporção de famílias que não receba seja maior do que a das famílias beneficiárias, ainda assim é importante destacar tal presença no cadastro, indicando o sucesso da política pública na inclusão dessas à Proteção Social Básica e a possibilidade de serem candidatos aos programas. Em situações de piora do quadro de inserção social, tais famílias podem ser localizadas e acolhidas com rapidez, evitando reverberações indesejadas de crise social humanitária.

Tabela 4.
Famílias cadastradas por condição de imigração, segundo tipo de programa de assistência social recebido

Recebimento de benefícios	Famílias cadastradas					
	Imigrante		Não imigrante		Total	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
Um	2.832	22,0	204.837	31,9	207.669	31,7
Dois	9.698	75,2	403.325	62,8	413.023	63,0
Três	367	2,8	33.448	5,2	33.815	5,2
Quatro	4	0,03	606	0,09	610	0,09
Total	12.901	100,0	642.216	100,0	655.117	100,0

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Destaca-se também, na tabela 4, a quantidade de famílias aptas a acumular mais de um benefício assistencial. A família imigrante, de acordo com os dados, tende a acumular dois tipos de benefício (75,2% versus 62,8% nas famílias não imigrantes), indicadores compreensíveis, dada a maior ocorrência da pobreza e extrema pobreza em tais núcleos familiares, como exposto anteriormente. Em âmbito geral, vê-se que o desenho das políticas assistenciais impede o acúmulo de benefícios (mas não o impede nos casos extremos, quase sempre minoritários). No que diz respeito aos programas em si, a tabela 5 a seguir traz algumas conclusões.

Tabela 5.
Famílias cadastradas por condição de imigração, segundo tipo de programa de assistência social recebido

Benefícios	Famílias que recebem benefício ⁽¹⁾			
	Imigrante		Não imigrante	
	N. abs.	% ⁽²⁾	N. abs.	% ⁽²⁾
Bolsa Família	10.701	37,1	468.281	34,8
Auxílio Emergencial	10.014	34,7	429.697	31,9
Renda Mínima Municipal	431	1,5	62.617	4,7
B.P. Continuada	2.199	7,6	153.660	11,4

Notas: (1) Os dados apresentados referem-se à resposta "SIM" para recebimento de cada um dos benefícios elencados.

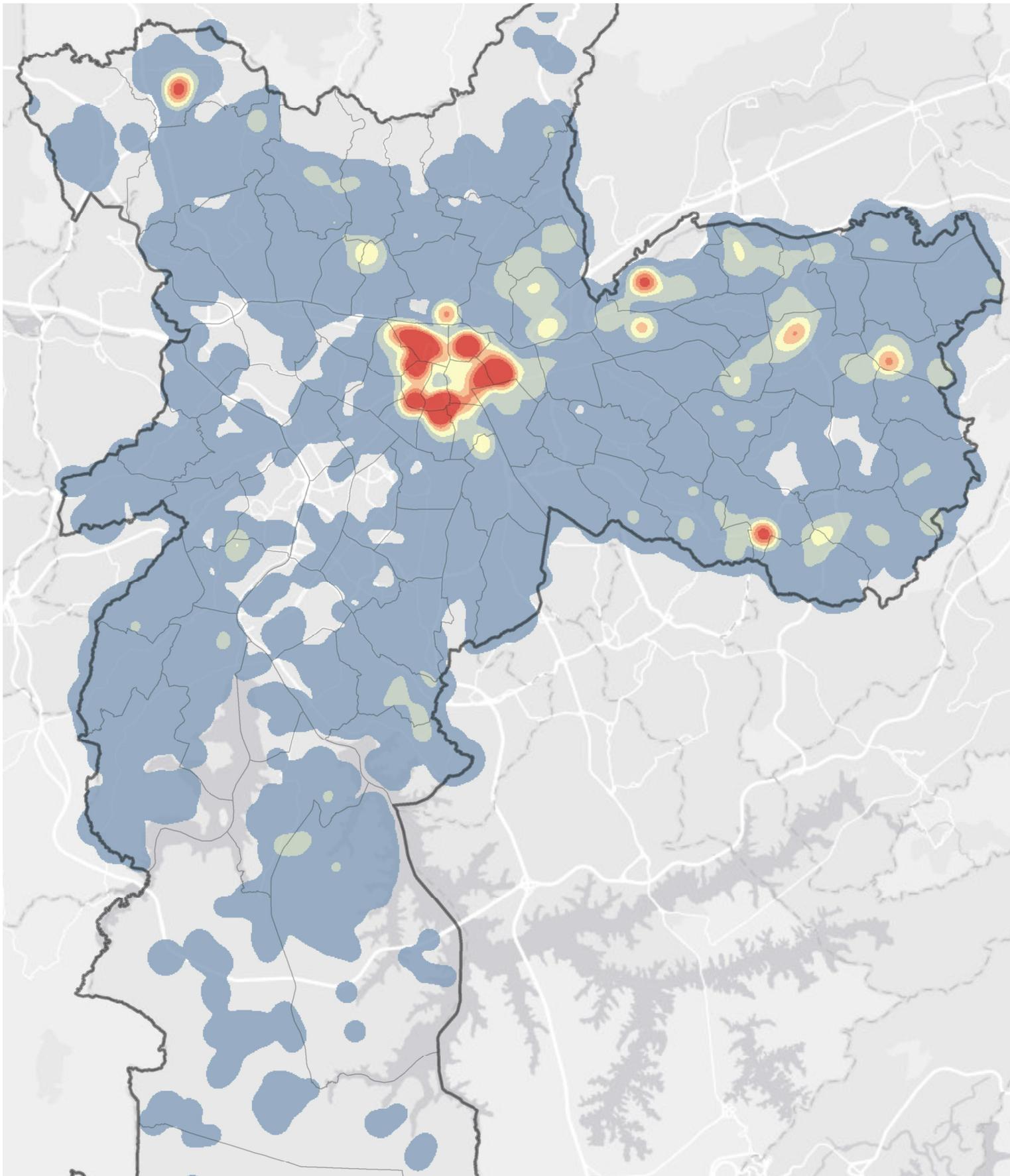
(2) Os percentuais foram calculados sobre o total de famílias de cada condição migratória, independentemente do recebimento de benefícios.

Frisa-se ainda a possibilidade de que uma família possa acumular benefícios, não sendo metodologicamente correto portanto a soma dos percentuais entre os programas.

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Nota-se que os programas Bolsa Família e o Auxílio Emergencial possuem preponderância nas famílias imigrantes, o que pode ser explicado pelo compartilhamento da mesma base de inscritos no Cadastro Único para concessão dos benefícios, ao contrário dos programas Renda Mínima Municipal e o Benefício de Prestação Continuada, provavelmente por conta da escala de cada um. É possível inferir que, no caso do BPC, fatores como faixa etária dos imigrantes (estes, em sua maior parte jovens adultos) e/ou dificuldade com documentos podem estar na raiz da baixa cobertura. Como se sabe, o BPC é vinculado ao INSS e destinado para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência.

O mapeamento das famílias imigrantes por benefício recebido traz, no geral, as mesmas considerações já apontadas na análise dos mapas de famílias inscritas e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tal fato, já esperado, não deixa de ser importante, pois comprova e documenta que os benefícios atendem os que realmente precisam. Apesar disso, algumas diferenças pontuais merecem ser elencadas: para o benefício Bolsa Família, nota-se forte concentração no centro, seguida de concentrações em Perus, Cangaíba, Itaquera, Lajeado e São Mateus. O benefício Auxílio Emergencial repete exatamente as mesmas regiões do Bolsa Família. O Renda Mínima possui fraca concentração na zona central e concentrações de famílias beneficiárias mais fortes em Perus, Jaçanã, Vila Medeiros, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Vila Jacuí e a divisa do Parque do Carmo com Cidade Líder. E por fim, o Benefício de Prestação Continuada apresenta um único ponto de concentração expressivo, no distrito do Bom Retiro.



INFORMES urbanos

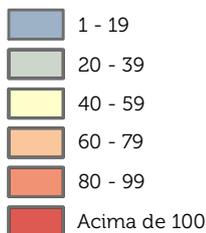
maio/2021

Mapa 4. Famílias imigrantes beneficiadas pelo Bolsa Família Município de São Paulo

Fonte: CadÚnico/SMADS
Mapa base: Esri, HERE, Garmin
Elaboração: SMUL/GeoInfo

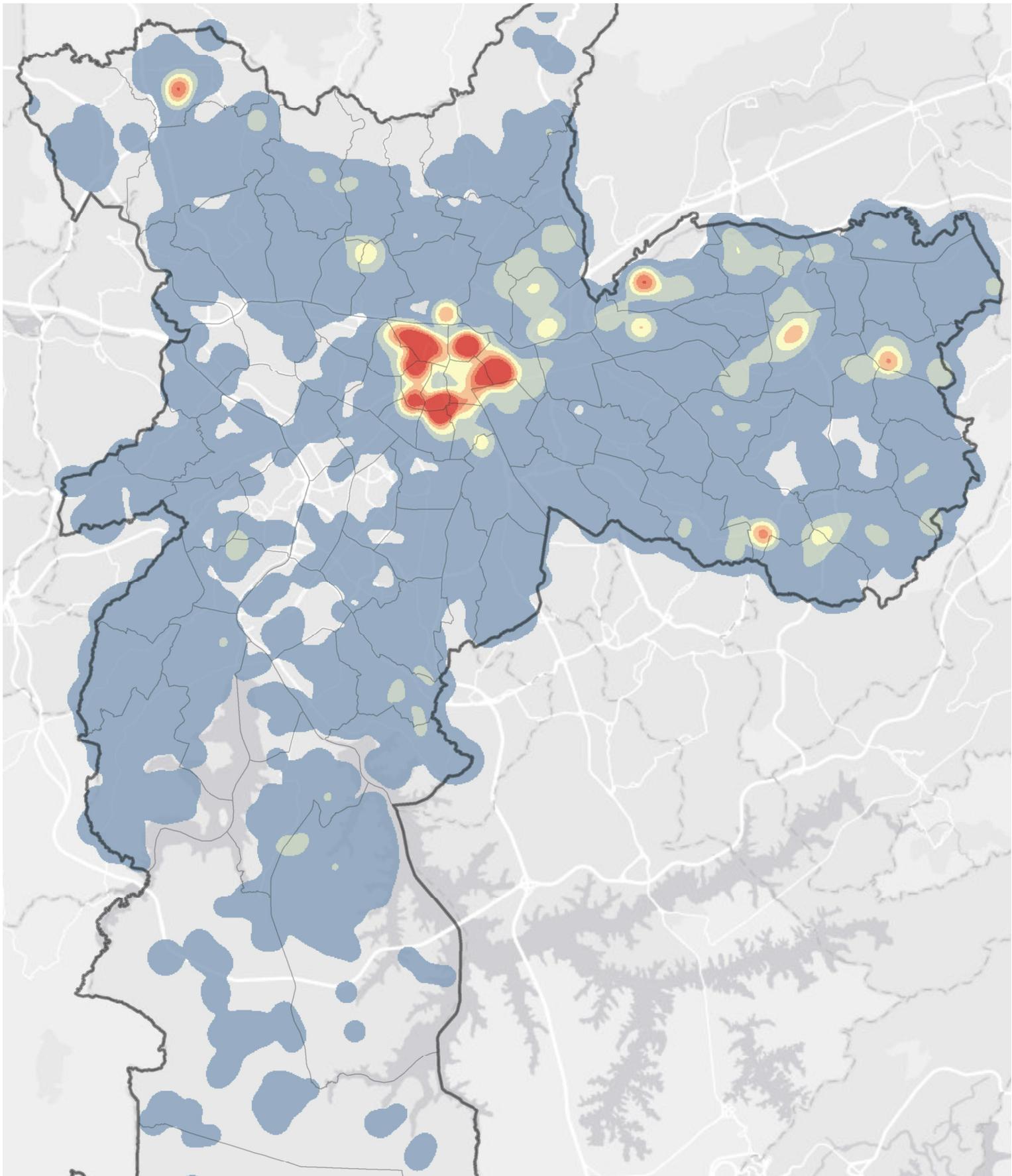


Concentração de famílias (N. Abs.)



 Município de São Paulo
 Distritos





INFORMES urbanos

maio/2021

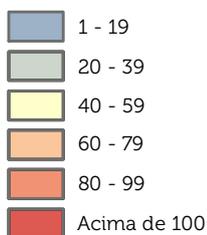
Mapa 5. Famílias imigrantes beneficiadas pelo Auxílio Emergencial

Município de São Paulo

Fonte: CadÚnico/SMADS
 Mapa base: Esri, HERE, Garmin
 Elaboração: SMUL/Geoinfo

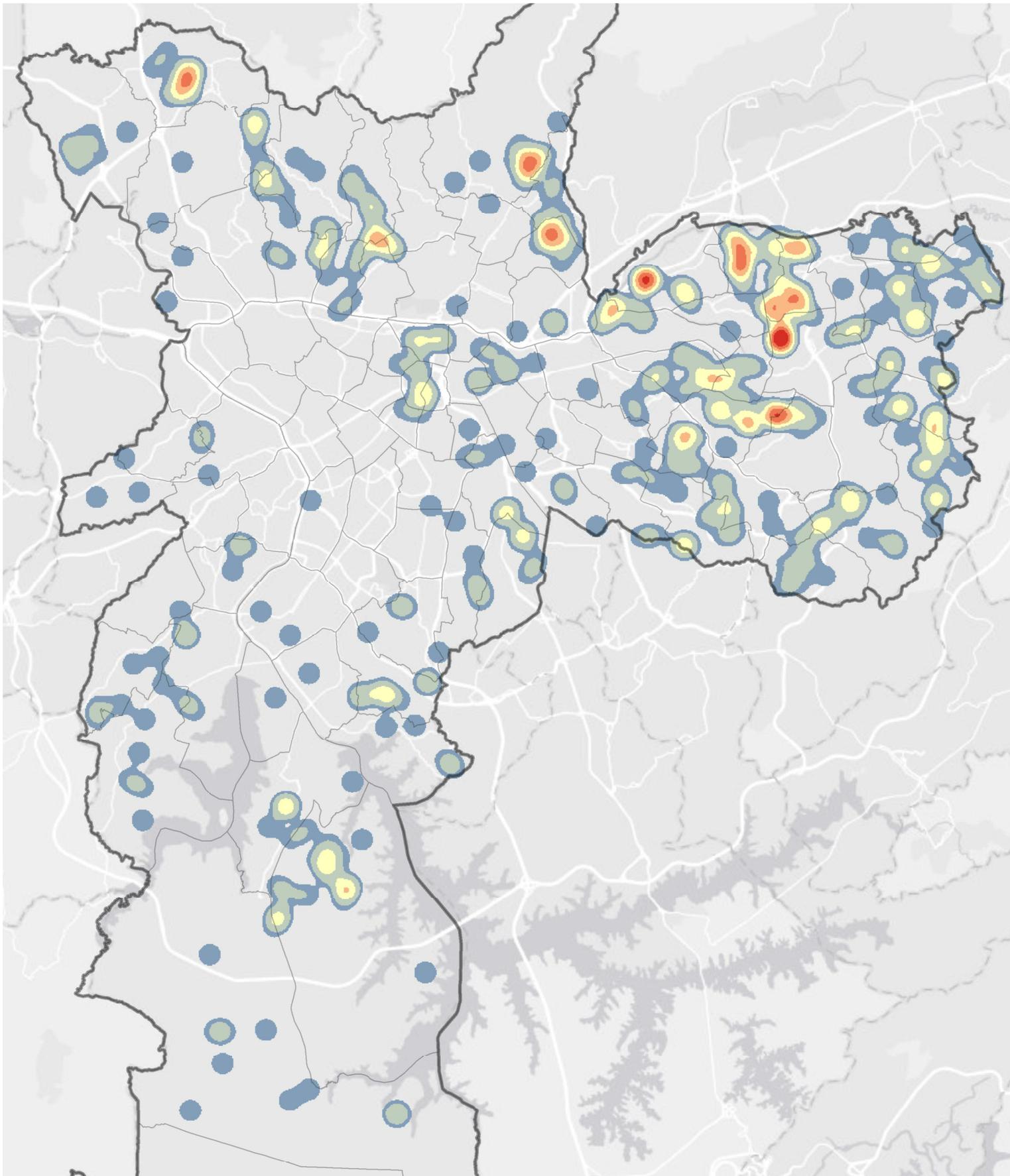


Concentração de famílias (N. Abs.)



 Município de São Paulo
 Distritos





INFORMES urbanos

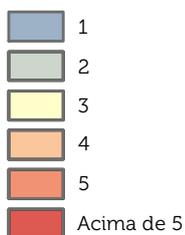
maio/2021

Mapa 6. Famílias imigrantes beneficiadas pelo Renda Mínima Município de São Paulo

Fonte: CadÚnico/SMADS
 Mapa base: Esri, HERE, Garmin
 Elaboração: SMUL/Geoinfo

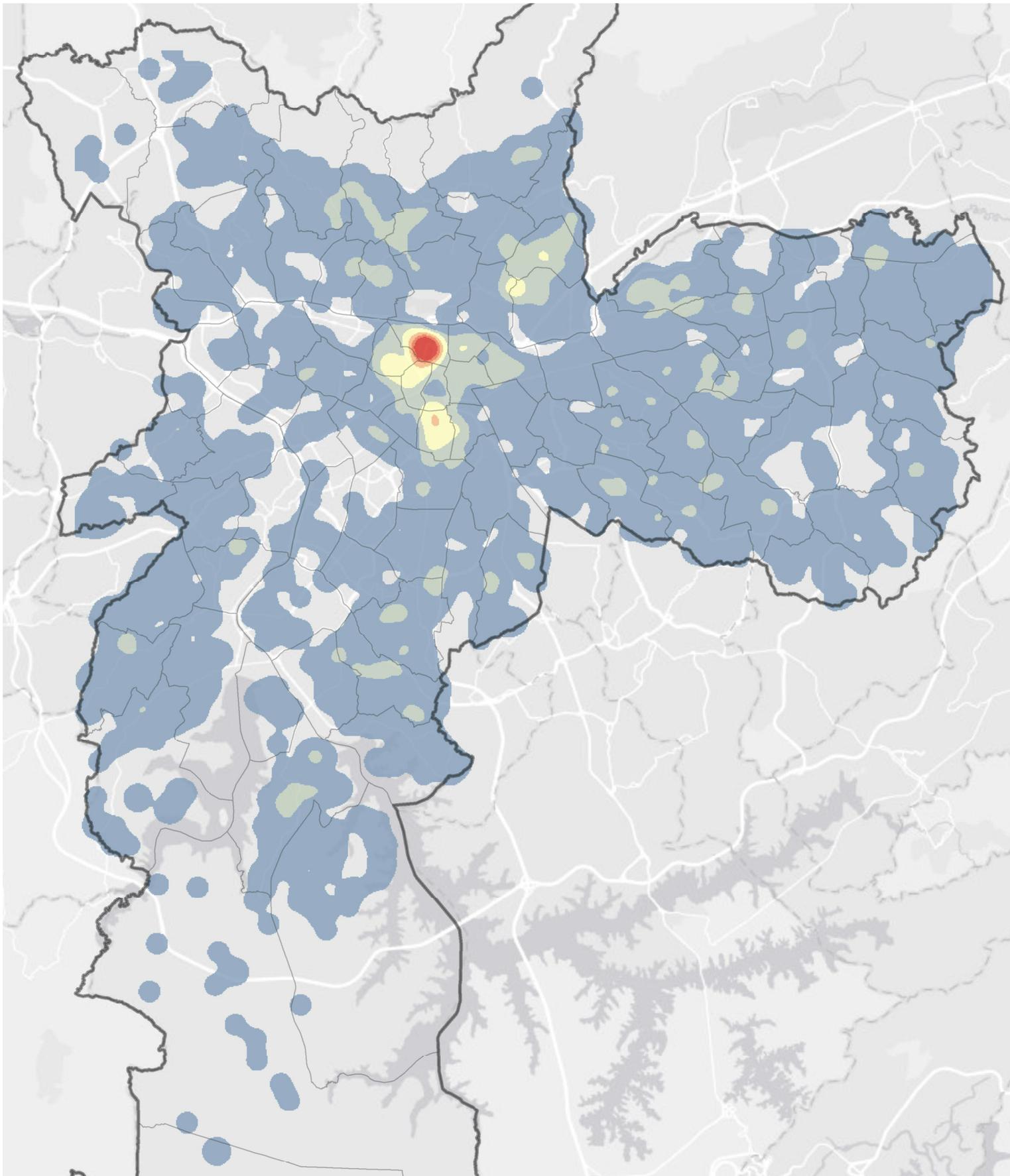


Concentração de famílias (N. Abs.)



 Município de São Paulo
 Distritos





INFORMES urbanos

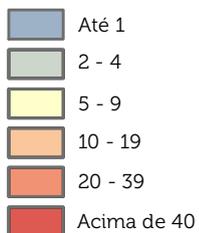
maio/2021

Mapa 7. Famílias imigrantes beneficiadas pelo BPC Município de São Paulo

Fonte: CadÚnico/SMADS
Mapa base: Esri, HERE, Garmin
Elaboração: SMUL/GeoInfo



Concentração de famílias (N. Abs.)



Município de São Paulo
 Distritos



Considerações finais

Este Informe Urbano buscou explorar as características individuais dos imigrantes e as características geográficas e socioeconômicas de suas famílias, inscritos no Cadastro Único, na maior parte das vezes em contraposição aos indivíduos/famílias não imigrantes. Procurou-se também entender a distribuição dos quatro benefícios (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Renda Mínima Municipal e Benefício de Prestação Continuada) para as famílias imigrantes, dado que o CadÚnico é o cadastro de insumo básico para tais políticas assistenciais.

Os dados sobre os 42.212 indivíduos imigrantes inscritos no Cadastro Único e as 28.881 famílias imigrantes que compõem essa base de dados, referente a agosto de 2020, foi o lastro para se traçar o perfil socioeconômico, sua distribuição espacial, suas especificidades e o acesso às políticas públicas de assistência social e distribuição de renda, das populações imigrantes em vulnerabilidade que estão inscritas no Cadastro Único na cidade de São Paulo.

A análise dessas informações propicia não só a visibilidade dessas populações, mas também a compreensão de suas nuances e particularidades, de maneira a subsidiar as tomadas de decisão e a implementação de políticas públicas. A compreensão dessa realidade se faz ainda mais necessária quando entram em diálogo políticas públicas territoriais de implementação local e características socioespaciais de grupos com particularidades expressas, como é a população imigrante na cidade de São Paulo.

O quadro de análise faz-se ainda mais necessário no cenário de agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas que perpassam a trajetória de permanência dessas populações imigrantes na atualidade, com o advento da pandemia global, na figura da doença Covid-19, que alterou com forte intensidade as dinâmicas sociais.

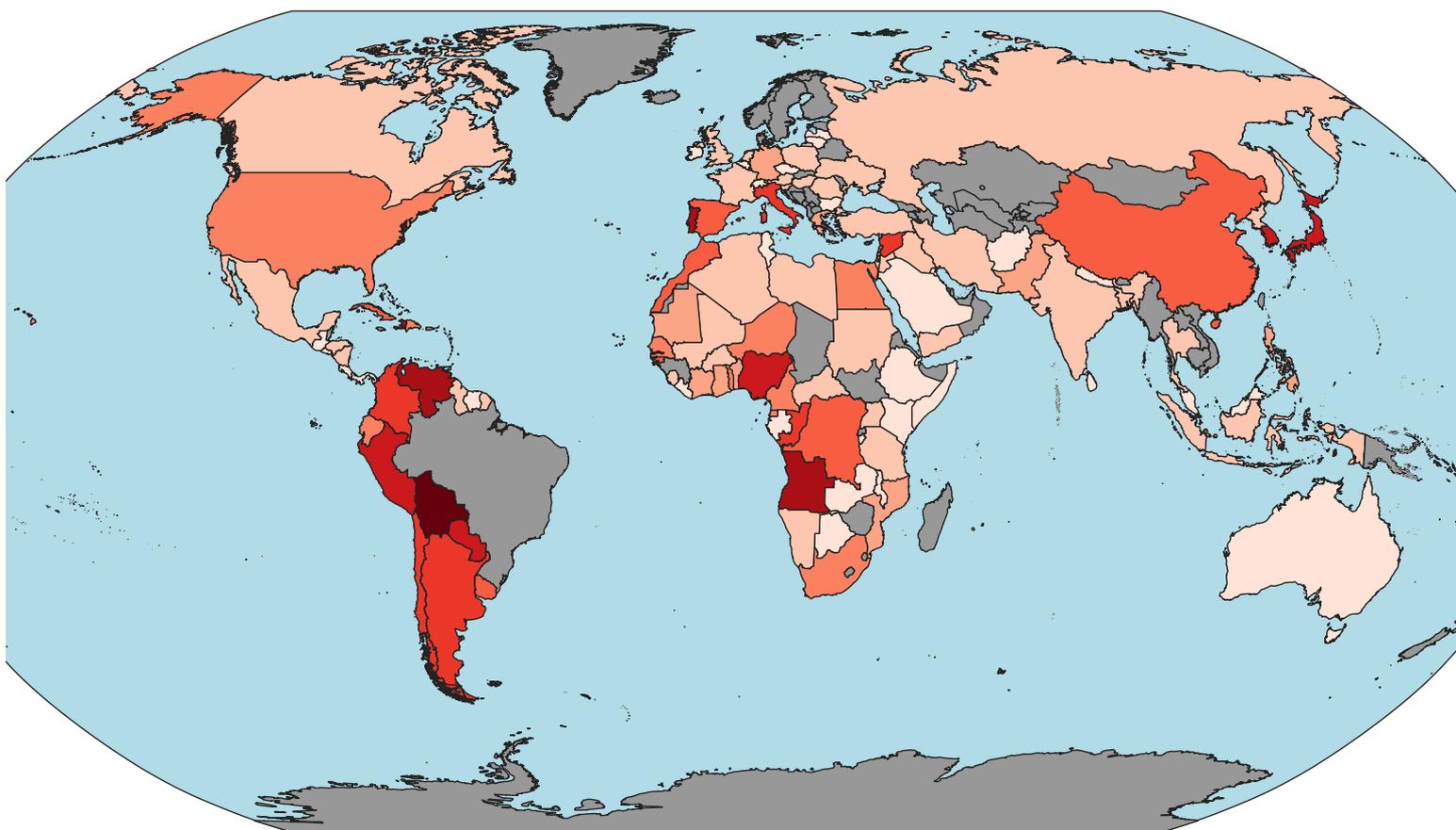
Haja vista, abaixo elencam-se os principais achados do presente estudo:

- A região central destaca-se nas análises cartográficas como a grande concentradora de famílias imigrantes, seguida de zona leste e porções da zona norte e sul;
- Predominância do gênero feminino nos indivíduos imigrantes cadastrados, embora na comparação com os não imigrantes o percentual de homens seja pouco superior (45,1% X 40,7%);
- Prevalência de imigrantes que se declaram pretos e pardos, somados chegam a 63,5% dos imigrantes cadastrados; a população imigrante que se autodeclara “preta” é o triplo em relação aos não imigrantes;
- Bolívia (34,8%), Haiti (13,0%), Angola (8,8%) e Venezuela (7,7%) conformam os quatro primeiros países no *ranking*, sendo predominante as migrações sul-sul;
- Predominância de população em potencial para o trabalho expressa na faixa etária dos imigrantes inscritos, majoritariamente de jovens e adultos (de 15 a 59 anos): 61,4%;
- Alto índice de desocupação entre os imigrantes cadastrados: 61,3% declaram-se desempregados;
- Grau de escolaridade maior em relação aos não imigrantes: 55,5% possuem ensino médio completo e 7,9% com ensino superior completo;
- Maior dificuldade de acessar o mercado de trabalho formal, com alto índice de informalidade: dos que trabalham, 80,0% declara vínculo laboral “por conta própria” e em segundo lugar com carteira assinada (16,2%);
- Maior parte dos imigrantes inscritos se declara como “responsável familiar” (46,5%);

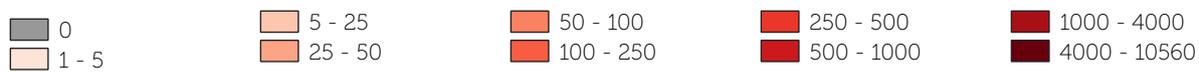
- Alta vulnerabilidade das famílias imigrantes inscritas: 51,8% estão na faixa de pobreza e extrema pobreza (40,8% e 11,0% respectivamente);
- Dentre os benefícios assistenciais permitidos, a partir da inscrição do CadÚnico, a preponderância das famílias imigrantes recebe Bolsa Família e Auxílio Emergencial.

Com isso, espera-se que o estudo permita a continuidade das políticas de inclusão dos imigrantes na cidade de São Paulo por parte da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, calibrando as já implantadas e planejando as futuras ações, sempre em prol de uma cidade diversa e inclusiva.

ANEXO I



Imigrantes inscritos no CadÚnico, segundo país de origem



ANEXO II

Imigrantes inscritos no Cadastro Único, segundo país de origem⁽¹⁾

Município de São Paulo - agosto de 2020

País de origem	N. abs.	País de origem	N. abs.
Afeganistão	2	Israel	12
África do Sul	74	Itália	278
Alemanha	37	Jamaica	1
Angola	2.665	Japão	752
Antigua e Barbuda	3	Jordânia	13
Arábia Saudita	3	Kuwait	3
Argélia	8	Letônia	5
Argentina	326	Líbano	191
Armênia	1	Libéria	3
Austrália	2	Líbia	14
Áustria	9	Lituânia	4
Bahamas	5	Malásia	4
Bangladesh	13	Malawi	2
Belarus	1	Mali	20
Bélgica	5	Marrocos	136
Belize	1	Mauritânia	27
Benim	28	México	9
Bolívia	10.560	Moçambique	28
Botsuana	3	Mongólia	1
Brunei	1	Monteserrat	4
Bulgária	3	Namíbia	9
Burkina Faso	25	Nauru	1
Burúndi	4	Nepal	4
Butão	1	Nicarágua	7
Cabo Verde	76	Níger	54
Camarões	92	Nigéria	684
Canadá	7	País de Gales	1
Chade	1	Palestina	56
Chile	417	Panamá	4
China	172	Paquistão	37
Colômbia	257	Paraguai	851
Coreia do Norte	18	Peru	1.000
Coreia do Sul	833	Polônia	11
Costa do Marfim	40	Portugal	1.576
Costa Rica	3	Quênia	5
Croácia	1	Quirguistão	1
Cuba	148	República Centro-Africana	13
Dinamarca	1	República Dem. do Congo	151
Djibouti	5	República do Congo	412
Egito	74	República Dominicana	55
El Salvador	3	República Tcheca	2
Emirados Árabes Unidos	1	Romênia	9
Equador	60	Rússia	9
Eslováquia	1	São Tomé e Príncipe	3
Eslovênia	7	Sao Vicente e Granadinas	1
Espanha	191	Senegal	58
Estados Unidos	53	Serra Leoa	23
Etiópia	4	Singapura	1
Filipinas	39	Síria	478
França	24	Somália	3
Gabão	2	Sri Lanka	2
Gâmbia	9	Sudão	7
Gana	42	Suécia	1
Geórgia	1	Suíça	3
Grécia	26	Suriname	2
Guatemala	2	Tailândia	8
Guiana	9	Tanzânia	20
Guiné Equatorial	88	Togo	58
Guiné-Bissau	131	Trinidad e Tobago	4
Haiti	3.953	Tunísia	4
Holanda	8	Turcomenistão	1
Honduras	7	Turquia	10
Hungria	8	Ucrânia	6
Iêmen	15	Uganda	6
Ilhas Cocos	1	Uruguai	149
Índia	8	Uzbequistão	1
Indonésia	6	Venezuela	2.320
Inglaterra	15	Zâmbia	2
Irã	17	Apátrida	2
Iraque	18	Sem identificação	11.902
Irlanda	4		
		Total	42.212

Fonte: Cadastro Único/SMADS. Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Nota: (1) Total de 139 países.

Bibliografia

PMSP, Imigrantes na cidade de São Paulo: cinco anos de atendimento do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI, nº 41, disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/41_IU_IMIGRANTES_final.pdf.

PMSP, Política Municipal de Políticas para Imigrantes. Lei Municipal nº 16.478 de 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LEI%2016478.pdf

PMSP, Decreto Municipal nº 57.533 de 2016: regulamenta a Política Municipal de Imigrantes. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/ATAS/Decreto%2057533-2016%20-%20Regulamentacao%20PMPI.pdf

https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020-12-22-transparencia_coletiva_covid.pdf

<https://https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>

MOREIRA, Nathalia Carvalho; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; LIMA, Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho and CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. *Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social*. Rev. Adm. Pública [online]. 2012, vol.46, n.2, pp.403-423.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO**

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

Cesar Azevedo

Coordenadoria de Produção e Análise de Informação

Luciana Pascarelli Santos

Divisão de Análise e Disseminação

Eduardo Donizete Pastrelo

Elaboração

Vitor César Vaneti

Marília Araujo Roggero

Eduardo Donizete Pastrelo

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Ana Claudia Carletto

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Vinicius Duque

Assessora(es)

Ana Léon

Bryan Sempertegui Rodas

Fábio Ando

Nádia Ferreira

Estagiários

Boaz Mukuna Kupuko

Diego Francisco Ferreira da Silva

Gabriela Mika Tanaka

Diagramação

Marcio de Oliveira Soares

http://smul.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos
informesurbanos@prefeitura.sp.gov.br